



O Papel Central do Investimento na Resposta à Crise



Manuel Reis Campos

Presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

A atual crise gerada pela pandemia assumiu uma escala global sem quaisquer precedentes e, rapidamente, em todo o Mundo, os Governos começaram a apresentar diferentes estratégias para lidar com os impactos económicos de uma disrupção das cadeias produtivas e da procura global. As abordagens são muito diversas, mas surge, enquanto denominador comum para a generalidade destas estratégias, a importância do investimento e, em particular, do investimento público em construção.

A Europa não é exceção e se, antes desta crise surgir, o Setor já se encontrava no cerne das prioridades da nova Comissão Europeia, com o “Pacto Ecológico Europeu” a colocar a Construção e o Imobiliário enquanto um dos principais motores para a transição para uma economia mais sustentável e competitiva, o surto de covid-19 veio intensificar essa prioridade.

Isto acontece porque, desde logo, como é consensualmente reconhecido, o investimento público é um instrumento com eficácia sem paralelo na mitigação dos efeitos de uma recessão, por via do seu efeito multiplicador da produção e do emprego. Mas também porque, nesta crise que inicia por via de uma questão não-económica, associada a problema de saúde pública, o investimento é um dos poucos instrumentos económicos para o relançamento da atividade já que setores chave como o turismo e o exportador estão paralisados ou com grandes dificuldades. Domínios como o investimento público não estão dependentes de questões como o sentimento do consumidor e podem ser imediatamente colocados a funcionar em ritmo acelerado, absorvendo rapidamente a mão-de-obra disponível.

O investimento público pode, assim, funcionar como o motor de uma recuperação mais robusta, sem um agravamento significativo da dívida

pública e com forte impacto positivo na economia portuguesa, uma vez que existe um elevado volume de obras públicas programadas com financiamento comunitário já aprovado, pelo que é possível lançar projetos que estavam adiados, exigindo-se um volume reduzido de financiamento adicional para lançar um programa de investimentos com impacto efetivo.

Este setor é, reconhecidamente, a “indústria das soluções”, na qual a generalidade dos Governos aposta para liderar as estratégias de reativação da economia. Portugal pode e deve canalizar recursos para as áreas que vão marcar o nosso futuro e para as quais as nossas empresas se devem posicionar. As sociedades estão em mutação acelerada e quem se posicionar primeiro, recuperará mais depressa e com mais sustentabilidade. Tornar as nossas infraestruturas mais fortes e resilientes, adaptar os nossos edifícios a novas exigências como o “touch-free”, a segurança e a qualidade do ar são alguns dos desafios mais imediatos. Mas as exigências de um mundo cada vez mais digital, a Construção 4.0, a sustentabilidade, a eficiência energética e o combate às alterações climáticas, igualmente têm de integrar este caminho.

Para isso acontecer, é preciso investimento e uma ação rápida, capaz de tirar partido de instrumentos como o financiamento europeu para projetos que, em grande medida, já tinham sido assumidos no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) e integram, de igual forma, o Programa Nacional de Investimentos 2030, pelo que devem ser rapidamente concretizados

Estes são elementos decisivos para que Portugal possa recuperar um posicionamento competitivo à escala global e para que, num contexto de estabilidade, competitividade e promoção da confiança, o investimento privado possa retomar, também, a sua dinâmica.